

Apresentação

Sônia Weidner Maluf

Ana Paula Müller de Andrade

Érica Quinaglia Silva

Em 2024, atingiram-se os números subnotificados de mais de 7 milhões de mortes no mundo (AFP, 2024) e mais de 700 mil mortes no Brasil decorrentes da pandemia de covid-19 (Brasil, 2024). Embora arrefecida, pelo menos no debate midiático, essa emergência de saúde pública é ainda presente diante das contaminações e mortes atuais e, sobretudo, dos seus efeitos prolongados não apenas físicos, no que se convencionou chamar de covid longa, mas também mentais, sociais, políticos e jurídicos persistentes entre os/as sobreviventes.

Especificamente no nosso país, para além da crise sanitária, uma crise política foi instalada. Vivenciamos, no período da pandemia, um desgoverno na Presidência da República e nos ministérios, que negou a ciência e os modos de mitigar a contaminação pelo novo coronavírus: o distanciamento físico e o uso de máscaras para a prevenção do contágio foram desincentivados, a compra de vacinas foi retardada, e *fake news* foram propagadas.

O negacionismo não teve apenas repercussões políticas e jurídicas; foi responsável por mortes que seriam evitáveis. Diante da distopia de uma necropolítica, vivenciamos um sofrimento social que recaiu sobretudo sobre pessoas e grupos sociais em situações de maior vulnerabilidade e precariedade, como mulheres, idosos/as, trabalhadores/as de serviços definidos como essenciais, entre eles/as os/as profissionais da saúde, e pessoas em situação de alta precariedade social, de moradia e de trabalho.

No âmbito sanitário, em 2023, como resultado da 17ª Conferência Nacional de Saúde, foram elaboradas diretrizes e propostas para lidar com esses efeitos. Trata-se do estabelecimento de políticas de memória mediante a incorporação da vivência da pandemia no conteúdo programático da educação básica, da educação popular em saúde e da

formação de profissionais da saúde; o financiamento de pesquisas sobre a pandemia de covid-19 e os riscos de novas emergências sanitárias; e a criação de eventos, monumentos, museus e memoriais em homenagem às vítimas da covid-19 (Brasil, 2023).

Outrossim, há as políticas de responsabilização por crimes cometidos no governo Bolsonaro e de reparação às vítimas e a seus/suas familiares. O documento preconiza a garantia de atenção à saúde de pessoas com sequelas, o apoio psicossocial para o cuidado de enlutados/as, o auxílio financeiro às crianças e aos/às adolescentes órfãos/ãs e aos/às viúvos/as (Brasil, 2023).

Como parte do esforço feito pelas ciências humanas e sociais no Brasil, de compreender essa situação crítica também a partir de seus impactos na experiência subjetiva individual e coletiva, esta coletânea reúne pesquisas e reflexões antropológicas sobre as diferentes dimensões do sofrimento social, sobretudo aquelas apreendidas na grade da saúde mental, nos contextos de enfrentamento à pandemia de covid-19 e de pós-pandemia. Apresentadas como uma outra pandemia, subjacente e paralela à de covid-19, as questões de saúde mental e dos transtornos psiquiátricos e/ou psicossociais têm aparecido como problemas emergentes nas políticas de saúde no país e em nível global. Assim, tornam-se prementes a compreensão antropológica dos desdobramentos específicos que esses novos contextos trouxeram; a análise sobre o quanto a saúde mental se produz como uma linguagem e um modelo explicativo para questões mais amplas de sofrimento e aflição; e o escrutínio sobre quais são os caminhos futuros para políticas de saúde mental e para a emergência de novas práticas, experiências e saberes sobre esse tema.

Abordar as dimensões e causalidades sociais do sofrimento é um esforço que tem acompanhado a antropologia, envolvendo diferentes situações e campos da experiência social, como saúde, bem-estar, direitos, moral ou religião (Kleinman; Das, Lock, 1997; Victora, 2011). Mesmo reconhecendo o quanto essas dimensões estão atravessadas e se interpenetram na experiência cotidiana de diferentes grupos sociais, a abordagem desta coletânea é a do sofrimento social apreendido sob a grade da saúde mental, tomada aqui em seu alcance ampliado, que vai dos diagnósticos psiquiátricos e da atuação psicossocial à abordagem das emoções e das experiências subjetivas em sua dimensão social.

A antropologia da saúde tem usado diferentes categorias para se referir ao sofrimento psíquico, subjetivo ou emocional, em sua dimensão social, buscando escapar das categorizações tanto psiquiatrizantes

ou psicologizantes quanto patologizantes. A categoria “aflição”, por exemplo, procurou abordar as formas de sofrimento subjetivo de modo amplo o suficiente para abarcar diferentes experiências subjetivas a partir de suas causalidades e dimensões sociais (Maluf; Tornquist, 2010). Já a categoria “perturbação” tentou romper as dicotomias entre corpo e mente e entre individual e social (Duarte, 1994).

Dialogando com essa trajetória da antropologia brasileira e assumindo a perspectiva de uma antropologia política da saúde, que aborde a experiência social como atravessada pelos contextos políticos, históricos e sociais, escolhemos nesta coletânea utilizar a noção de políticas do sofrimento. A primeira implicação dessa escolha é a de abordar o sofrimento na perspectiva de suas causalidades sociais, sobretudo a partir de situações de vulnerabilidade e precariedade das condições de vida de determinados grupos e sujeitos. A segunda implicação é a de, tomando o sofrimento como uma categoria moral (Fassin; Rechtman, 2011), pensar as políticas acionadas em diferentes contextos e experiências de sofrimento social, incluindo as respostas, as formas de resiliência, as resistências e as políticas emancipatórias que delas resultam. Uma das questões necessárias de se enfrentar é como situações de opressão e violência, como na Palestina, se tornam audíveis quando traduzidas na linguagem do sofrimento, e mais especificamente na linguagem psiquiátrica do trauma, tal como discutem Didier Fassin e Richard Rechtman em trabalho sobre a condição de vítima nas políticas humanitárias (*idem*).

A pandemia de covid-19 provocou uma dimensão extensa e intensa de efeitos sociais e subjetivos, físicos e emocionais, entre adoecimentos, morte, lutos, medos, fome, desemprego e precarização da vida, mobilizando diferentes campos sociais, como o biomédico e o epidemiológico, o político, o jurídico, o econômico, o religioso e mesmo o militar, e produzindo diferentes formas de sofrimento social, diferentes políticas do sofrimento e diferentes políticas de subjetivação (Dunker, 2017).

Os estilos e as estratégias narrativas escolhidos pelos autores e pelas autoras demonstram a diversidade com que um tema que conecta questões sociais e históricas com experiências subjetivas e emocionais pode ser trabalhado. Os trabalhos, em sua maioria, advêm de pesquisas de campo etnográficas que analisam materiais e dados qualitativos e mostram as experiências sociais de diferentes grupos e populações. Contamos também com ensaios que contribuem para apontar horizontes de abordagens futuras da relação entre saúde mental e crises

sanitárias e mesmo ambientais. Os trabalhos aqui reunidos revelam a pluralidade das pesquisas antropológicas e suas contribuições para o campo da saúde e da saúde mental, para as políticas de memória e para a compreensão das dimensões sociais e das diferentes políticas do sofrimento produzidas em contextos de emergência sanitária.

A coletânea que apresentamos traz uma contribuição original e singular para o campo da antropologia da saúde e da saúde mental e para as ciências sociais da saúde no Brasil, com a contribuição de autores/as especialistas e reconhecidos/as no campo.

Os trabalhos que compõem esta coletânea buscam, na perspectiva antropológica, mostrar esses meandros e tramas da pandemia e seus efeitos subjetivos, os sofrimentos e as aflições que ela gerou e os modos como são apreendidos na grade da saúde e do adoecimento mental, da patologização, da medicamentação, da individualização e da atomização de uma experiência que é sobretudo social. Os capítulos estão organizados em dois eixos: ***Políticas do sofrimento: saúde mental e subjetivações (pós-)pandêmicas*** e ***Relatos de sofrimento: experiências e narrativas em tempos de pandemia***. Esses eixos, assim como os capítulos, se articulam e demonstram a inseparabilidade entre as distintas dimensões da pandemia de covid-19.

No primeiro eixo, ***Políticas do sofrimento: saúde mental e subjetivações (pós-)pandêmicas***, os textos contribuem com reflexões sobre as diferentes políticas que produzem, reproduzem e/ou deslocam modos de sofrimento. A concepção de política tomada aqui diz respeito às formas como os sentidos para o sofrimento são produzidos em diferentes contextos.

O primeiro capítulo, intitulado “Individualismo e sofrimento social: perspectivas antropológicas sobre saúde mental na pandemia”, de Sônia Weidner Maluf, analisa os modos desiguais de sofrimento – subjetivo, social, individual e coletivo – e apresenta reflexões sobre os regimes de subjetivação e as maneiras diferenciadas (e desiguais) de sofrimento social durante a pandemia. A autora parte da ideia de sofrimento a partir de dois sentidos complementares: o sofrimento social como aquele que decorre de situações de precariedade e vulnerabilidade social, política, econômica ou moral; e como uma dimensão social inerente a toda forma de sofrimento. Em ambos os sentidos, há uma disposição analítica que busca confrontar as cisões entre indivíduo e sociedade e entre as dimensões subjetivas e as sociais.

Ana Paula Müller de Andrade, em “A doença e a saúde mental entre parênteses: experiências na pandemia de covid-19”, reflete sobre

a proposta de colocar entre parênteses as verdades psiquiátricas. A autora mostra o deslocamento de categorias centrais, como a “doença” e a “saúde mental”, ocorrido no contexto pandêmico. Se, por um lado, a expansão dos domínios dos saberes psiquiátricos capturou a vida cotidiana, por outro, a suspensão de práticas hegemônicas, operada pelo processo da reforma psiquiátrica, provocou paradoxalmente uma ampliação das possibilidades de subjetivar as experiências de sofrimento. Sua pesquisa nos apresenta estratégias locais de cuidado amparadas pelo reposicionamento subjetivo e pelo exercício relacional e experimental, próprios do processo de desinstitucionalização, que emergiram na pandemia e certamente terão efeitos em um momento pós-pandêmico.

Sandra Caponi, em seu capítulo “Sofrimento psíquico e psiquiatrização da infância em tempos pós-pandêmicos”, propõe questionar a suposta existência de uma pandemia de transtornos mentais na infância e criticar os modelos psiquiátricos hegemônicos na apreensão do sofrimento psíquico infantil, que se reforçaram com os efeitos subjetivos e psíquicos da pandemia de covid-19. Um dos efeitos dessa suposta pandemia de transtornos mentais é a generalização dos diagnósticos psiquiátricos na infância e o aumento expressivo de crianças tratadas com psicofármacos e expostas a seus efeitos iatrogênicos prejudiciais para o desenvolvimento infantil. Para a autora, é necessário compreender as dimensões sociais dos sofrimentos provocados no contexto da pandemia e construir um pacto social de solidariedade que garanta a proteção e o suporte terapêutico, econômico e afetivo às crianças que sofreram o impacto da pandemia.

Eunice Nakamura, no capítulo “Sofrimentos, desafios e possibilidades de cuidados para crianças: rupturas, desordens e reordenamentos da vida cotidiana nos contextos pandêmico e pós-pandêmico de covid-19”, parte de estudos que apontam para os efeitos da pandemia de covid-19 sobre a saúde mental das crianças. A autora faz uma reflexão antropológica desses efeitos sobre os modos de ser e de fazer das crianças a partir de dois eixos de análise: as dimensões de desordem e ruptura provocadas pela pandemia em relação a situações tomadas como de normalidade; e os desafios e possibilidades de cuidado das crianças a partir desse contexto. Uma das questões abordadas é a da possibilidade de que os novos rearranjos possíveis contribuam para uma reflexão sobre dimensões socioculturais importantes na definição de políticas de saúde mental das crianças.

Por sua vez, Rosamaria Giatti Carneiro, em “Gramáticas do cansaço materno durante a quarentena de covid-19: leituras antropológicas comparadas entre Brasil e Argentina”, etnografa o cotidiano doméstico de mães de crianças pequenas durante a pandemia de covid-19 no Brasil e na Argentina. A autora mostra que brasileiras e argentinas experimentaram sobrecarga e cansaço diante dos cuidados com a casa e com os filhos. Embora a sobreposição do trabalho (re)produtivo não tenha sido novidade para essas mulheres, a intensidade com que ela ocorreu aumentou e tornou evidente que o sofrimento experimentado por elas, longe de ter uma etiologia clínica ou psicológica, precisa ser descrito a partir da sociabilidade e de uma ausência de Estado, que (re)produzem esse modelo familista de cuidados.

No capítulo “Onipresente? A pandemia de covid-19 no processo de participação social em saúde mental”, Martinho Braga Batista e Silva analisa como a pandemia de covid-19 esteve mais ou menos presente no processo de participação social suscitado pela 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. Ao etnografar tal processo, o autor analisa os aspectos normativo, cronológico, institucional e político e aponta para o fato de que a pandemia de covid-19, presente de modo tímido, titubeante e pouco amplo em relação a outros temas, não esteve ausente.

Ao final do primeiro eixo, temos o capítulo “‘Nunca desperdice uma crise’: saúde mental e o lado ‘B’ da pandemia”, de Fernando José Ciello. Nele, o autor apresenta uma ambiguidade na representação da pandemia tanto como um contexto que resultou no aumento de transtornos psiquiátricos quanto como tempo de oportunidades para transformação individual e social, chamado, por vezes, de “o lado B da pandemia”. Ademais, demonstra como a saúde mental pode tornar-se uma categoria útil para a análise de relações na contemporaneidade.

No segundo eixo, ***Relatos de sofrimento: experiências e narrativas em tempos de pandemia***, os capítulos apresentam contribuições sobre os modos de narrar e experimentar os fenômenos pandêmicos em diferentes “frentes”.

No capítulo “As lutas, o luto: notas sobre o adoecimento, o sofrimento e a morte na pandemia de covid-19”, Érica Quinaglia Silva expõe reflexões sobre as lutas travadas entre vida e morte, a vida profissional e a vida afetiva, familiar, conjugal, e aqueles/as que tentam manter o estatuto de sujeitos ante a morte. A autora, ao autoetnografar o processo de adoecimento e morte de José Carlos Quinaglia, seu pai, analisa questões sociais relacionadas à crise sanitária e política vivida no Brasil e traz uma crítica contundente ao modelo biomédico e aos efeitos

da necropolítica efetuada pelo Executivo federal brasileiro durante a pandemia de covid-19.

Já Rozeli Porto, Natália Yolanda de Carvalho Araújo e Francisco Cleiton Vieira, em “‘Na linha de frente’: vivências críticas de profissionais de saúde em tempos de pandemia”, analisam os efeitos da pandemia provocada pelo novo coronavírus entre trabalhadores/as atuantes na “linha de frente” no cuidado aos/às adoecidos/as pelo SARS-CoV-2 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco sobre a saúde mental desses/dessas profissionais no Rio Grande do Norte. As autoras e o autor também trazem um recorte de gênero e salientam ser a pandemia generificada. Elas e ele trazem resultados de uma pesquisa que mostra que a pandemia potencializou um desgaste mental particularmente das trabalhadoras desde a atuação profissional até o ambiente da casa.

Priscila Pavan Detoni, Eliana Diehl, Marcia Grisotti, Maria Conceição de Oliveira e Daniel Granada, no capítulo “Impactos para a saúde mental de profissionais da saúde no enfrentamento à pandemia em Santa Catarina”, apresentam a repercussão da pandemia na saúde mental entre trabalhadores/as de saúde de Santa Catarina. A partir de entrevistas com esses/as profissionais, as autoras e o autor mostram um cenário de precarização do trabalho, aumento das demandas e dos riscos ligados ao trabalho, além de sobrecarga e fadiga, exposição a mortes em escala fora do normal, afastamento da família, sentimentos de medo e frustração, fatores que fizeram da pandemia um evento traumático para tais trabalhadores/as, desencadeando sintomas de ansiedade, depressão e estresse, sobretudo para os/as que atuaram na linha de frente dos serviços. Diante disso, os/as trabalhadores/as adotaram estratégias como a espiritualidade, o trabalho em equipe e a tomada conjunta de decisões.

A partir de dados e observações reunidos do projeto *Escola em quarentena: um registro antropológico de memórias educacionais*, do qual foi coordenadora, no capítulo intitulado “Volta à escola com a covid-19: tensões em torno da ideia de ‘geração perdida’”, Juliane Bazzo analisa criticamente a noção de geração perdida para se referir às crianças que passaram grande parte da pandemia em ensino remoto. Essa expressão foi utilizada em um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre a ameaça que representaria a covid-19 à educação, à nutrição e ao bem-estar de crianças e adolescentes. Com base em extenso material de campo, a autora mostra os riscos do emprego desse termo e seus efeitos sobre as disposições existenciais e a saúde mental de crianças e adolescentes cuja experiência de vida é definida a partir

dessa noção, que obscurece os processos reais vividos por crianças e jovens na pandemia. Para a autora, o conceito de “geração roubada” seria mais apropriado para falar do contexto histórico e social dessas experiências e levar em consideração os planos objetivo e subjetivo, material e existencial.

Heloisa Wanick, em “Prevenção do suicídio e políticas públicas entre o contexto de pandemia e pós-pandemia de covid-19: reflexões de uma pesquisadora implicada”, oferece ponderações concernentes à realização de uma pesquisa no mesmo campo em que ela, a pesquisadora, atua como profissional. Como pesquisadora implicada, questiona a existência de entraves para a efetivação da política de prevenção do suicídio em tempos pandêmicos em João Pessoa, na Paraíba, e, portanto, a inércia da gestão em saúde pública diante das evidências do curso de uma sindemia, a emergência de adoecimento mental paralela à de covid-19.

No capítulo “A preocupação é maior em tudo: reflexões com as mulheres que vivem e/ou convivem com a anemia falciforme na pandemia de covid-19”, Durvalina Rodrigues Lima de Paula e Silva e Uliana Gomes da Silva apresentam reflexões acerca dos impactos do contexto pandêmico na vida de mulheres que vivem e/ou convivem com a anemia falciforme e o agravamento da condição devido à dificuldade de acesso aos serviços de saúde. As autoras apontam como o racismo e suas interseções incidem na pouca atenção às mulheres que vivem e/ou convivem com a anemia falciforme, em sua maioria pessoas negras e de classe econômica desfavorecida. Destacam que os agravamentos sociais, políticos e econômicos continuam afetando as pessoas de forma contundente, mesmo após o período “mais crítico” da pandemia de covid-19, especificamente as mulheres que vivem e/ou convivem com anemia falciforme.

Em “Eventos críticos e saberes oníricos: apanhadores de sonhos, saúde mental e a pandemia de covid-19 no Brasil”, Felipe Magaldi toma como foco a proliferação de saberes, as diferentes abordagens sobre os sonhos durante a pandemia e como estes passam a ganhar um espaço na esfera pública através de *sites* e páginas nas redes sociais, cursos e experiências de narrativas compartilhadas sobre os sonhos. Trazendo perspectivas distintas sobre o sonho, como a psicanálise e a tradição freudiana, a esquizoanálise, os projetos artísticos e criativos, as neurociências, as cosmologias indígenas e sua própria experiência, o autor mostra o lugar importante e a relevância etnográfica que o sonho

e o sonhar tomaram diante desse evento crítico que rompeu dinâmicas do cotidiano.

Esperamos que as análises apresentadas ao longo dos artigos contribuam com reflexões críticas sobre os efeitos da pandemia de covid-19 em seus diferentes tempos. A intenção, com esta publicação, é ampliar a compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação, adoecimento e/ou morte, bem como das práticas, políticas e discursos, a partir de um olhar antropológico sobre o impacto dos contextos de pandemia e pós-pandemia de covid-19 nos campos da saúde mental, nos processos de subjetivação e nas diferentes dimensões do sofrimento social.

A coletânea é publicada pela Coleção Brasil Plural, parceria entre o INCT Brasil Plural e a EdUFSC, e com o selo ABA de Publicações (da Associação Brasileira de Antropologia).

Agradecemos ao INCT Brasil Plural pelo apoio; ao CNPq e à CAPES pelo apoio através de Bolsas de Produtividade em Pesquisa, Mestrado e Doutorado; à Associação Brasileira de Antropologia; e às colegas e parceiras das Redes Antropo-Covid e Ecos da Pandemia. E um agradecimento especial à colega Vânia Zikán Cardoso, por todo o empenho na viabilização desta publicação junto à EdUFSC.

Referências

AFP – AGENCE FRANCE-PRESSE. Covid-19 segue causando 1,7 mil mortes no mundo a cada semana, aponta OMS. *O Globo*, Genebra, 11 jul. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2024/07/11/covid-19-segue-causando-17-mil-mortes-no-mundo-a-cada-semana-aponta-oms.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Covid-19 no Brasil. *Ministério da Saúde*, [s. l.], 2024. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 25 out. 2024.

CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Relatório final da 17ª Conferência Nacional de Saúde*. [S. l.: s. n.], 2023.

DUARTE, L. F. D. A outra saúde: mental, psicossocial, físico-moral? In: ALVES, P. C.; MINAYO, M. C. S. (org.). *Saúde e doença: um olhar antropológico* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. p. 83-89. ISBN 85-85676-07-8.

DUNKER, C. *Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu, 2017.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. *L'empire du traumatisme: enquête sur la condition de victime*. Paris: Flammarion, 2011. (Coleção Champs essais).

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. Introduction. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. ix-xxvii.

MALUF, S. W.; TORNQUIST, C. S. *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

VICTORA, C. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da antropologia. *RECHIS*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 3-13, dez. 2011.